

## **Os conceitos de Pátria e Nação à época da independência na América portuguesa – 1820 a 1834.**

**Aluna: Karen Ribeiro Rodrigues de Oliveira (Cnpq)**  
**Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona.**

### **I – Introdução**

Tendo como proposta refletir sobre o valor dos termos *pátria* e *nação*, enquanto construções culturais próprias da linguagem política e social utilizadas à época das independências no mundo ibero-americano e sua articulação com o conceito de *povo*, o trabalho em questão busca compreender o campo de experiências vivenciadas, bem como as expectativas perante o futuro em constante construção, presentes nos projetos políticos e nas reivindicações sociais dos homens do início do século XIX, particularmente na América portuguesa.

Para que tal se efetue, faz-se mister remontar às revoluções atlânticas dos três últimos decênios do século XVIII e dos três primeiros do XIX e, mais especificamente, deter-nos na conjuntura das guerras napoleônicas na península. Assim, melhor compreender-se-á por que e como se deram ressignificações importantes do vocábulo *pátria* e a sua crescente articulação ao termo *nação*. Na América portuguesa, o período valorizado compreenderá da transmigração da corte lusitana ao vintismo, e, da independência à formação do novo Império do Brasil.

O cenário político com o qual se ocupará a nossa pesquisa, neste presente momento, é o das independências locais que precederam e, poderíamos seguramente dizer, se continuaram após a proclamação da independência do Brasil. A instauração de uma nova ordem social e política a partir da retirada das tropas portuguesas não impediu que eclodissem rebeliões por todos os lados. Coube a D. Pedro contornar tais conflitos internos e também a pressão externa que continuaria a ser exercida pelas Cortes Portuguesas. Algumas províncias até meados de 1822 não aceitavam a supremacia do Rio de Janeiro e tampouco a autoridade centralizadora de D. Pedro. Dentre elas destacamos as províncias de Pernambuco, do Grão-Pará e da Bahia nos períodos entre 1817 a 1823. Irei me ater mais especificamente à província da Bahia, por ser a região a mim confiada nesta pesquisa.

A província foi a primeira a aderir ao governo liberal de Lisboa em fevereiro de 1821. Representava uma região estratégica nas disputas entre Lisboa e o Rio de Janeiro pela liderança do Norte do Brasil e sua localização frente a esses dois principais centros políticos do Império Português, lhe permitia fazer reivindicações em prol de uma maior autoridade local, tanto legislativa quanto institucionalmente. Em meados de 1822, os deputados da Bahia passaram a dividir com os deputados paulistas a representatividade

nas Cortes de Lisboa, embora diferissem bastante entre si, quanto às propostas defendidas.

Os deputados baianos desde 1821 apresentaram projetos para nivelar a província do RJ às demais, auxiliar a extinção dos tributos cobrados pela corte petrina no Rio de Janeiro e pôr em vigor a instalação de tribunais autônomos em cada província.

Dentre os paulistas mais expressivos, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Diogo Antônio Feijó e Nicolau Vergueiro foram os primeiros a formular um documento para ser apresentado às Cortes, à imprensa portuguesa e ao Príncipe D. Pedro, defendendo a Unidade da Monarquia, com vistas a manter o status político de Reino Unido a Portugal e Algarves, alcançados em 1815. Mas, também defenderam a liberdade provincial para deliberações concernentes às questões particulares de SP, bem como a permanência de D. Pedro no Brasil, a despeito das exigências da Corte lisboeta. A princípio, tais posições suscitaram fortes reações, por parte tanto do Congresso Português, quanto dos demais deputados brasileiros que não desejavam sofrer as sanções e represálias imputadas às reivindicações paulistas.<sup>1</sup>

A união entre os governos do Rio de Janeiro e os das “províncias do sul”, apenas em fins de 1822, provou ser possível um pacto político em bases liberais no Brasil. Isso favoreceu a construção de uma crescente identificação entre as províncias brasileiras, voltadas para o endosso das propostas de D. Pedro. Segundo Thomas Wisiak, essa aproximação se observou a partir da intensificação das referências nos debates públicos da província baiana às ações e mensagens do governo do Rio de Janeiro e dos seus aliados e a partir da mudança de orientação de boa parte da bancada baiana, a qual acabou se aproximando aos paulistas nas Cortes.

## II-Objetivos

Numa proposta mais ampla desenvolveremos a nossa investigação com base na documentação de época e numa historiografia especializada que nos permita aclarar determinadas questões. Dentre estas, destacamos: Quem utilizava os termos *pátria* e *nação* e com que propósitos? A que tipo de público se destinava esses usos? Foram esses termos positiva ou negativamente conotados nos períodos em questão? Como e por que se deu a resignificação desses termos? De que forma se relacionaram os termos pátria, nação e povo, e como este último foi sendo construído como a nova categoria da modernidade?

---

<sup>1</sup> “Se a junta de São Paulo errou, se foi imprudente nos termos que empregou que tem isso com os negócios do Brasil? Isso não quer dizer que todo o Brasil tenha exprimido com a mesma acrimônia os seus sentimentos, para se lhe aplicar a mesma censura.”

(deputado baiano Borges de Barros em 22 de maio de 1822 nas Cortes de Lisboa In: WISIAK, Thomas. *Itinerário da Bahia na Independência do Brasil (1821 – 1823)* In: István Jancsó (Org.) **Independência: História e Historiografia**. São Paulo: FAPESP / HUCITEC. 2005. (p. 459 – 474)

Em constante mutação, estes conceitos, ou seja, formulações teórico-abstratas que se relacionam a situações concretas e únicas da vivência dos homens “daquele tempo”<sup>2</sup> lhes permitiam inserir-se no mundo em que viviam, atuar sobre a realidade de forma concreta, propor e instaurar novas formas de comportamento, num contexto de aceleradas transformações sociais e políticas no modo de pensar. Estas tiveram por estopim a ruptura com o Antigo Regime Monárquico Absolutista, a partir da Revolução Francesa, e se beneficiaram do cabedal filosófico e ideológico que esta representou e difundiu não só pelo “Antigo” como também pelo “Novo Mundo”.

Os posteriores e decisivos acontecimentos, decorrentes deste, como o bloqueio napoleônico, a crise do Império Português e fuga do rei para o Brasil, resultando na transmigração da corte e do corpo político português para a América, demonstram a singularidade deste momento histórico. É nele que a acelerada mutabilidade do espaço de experiências e do horizonte de expectativas de seus contemporâneos, conjuntamente à ressignificação e modernização dos termos utilizados, darão lugar às concepções modernas dos mesmos.

O estudo, portanto, dos conceitos políticos de pátria e nação, na atual pesquisa, adquire vital importância para nós. Por meio deles poderemos aclarar as diversas maneiras como os homens do século XIX representavam as suas experiências sociais na experiência histórica da construção do Império do Brasil.

O principal objetivo desta fase da pesquisa, portanto, centraliza-se na análise dos desdobramentos políticos e sociais na América portuguesa, decorrentes das mudanças aceleradas no ideológico e no pragmático do mundo ibérico pós Constituição de 1812 e transmigração da corte portuguesa, e pós Revolução do Porto. Estes desdobramentos, conjugados a inúmeros fatores, contribuiriam para a criação das ferramentas ideológicas legitimadoras das lutas pela autonomia e soberania provinciais e, posteriormente, das lutas pela independência do novo Estado-nação, em formação.

### **III- Metodologia**

Em nossa pesquisa mantivemos a prática de encontros em reuniões semanais, realizando leituras e discussões de textos com a posterior elaboração e apresentação de relatórios e fichamentos a partir dos textos trabalhados, tanto dos teóricos, compostos de capítulos de livros e artigos de diversos autores, quanto das fontes primárias analisadas em instituições de pesquisa como a Biblioteca Nacional e a Fundação Casa de Rui Barbosa.

No atual estágio da pesquisa, temos aliado o estudo e debates referentes aos textos teóricos indicados pelo orientador ao estudo das fontes de época, o que tem propiciado uma maior familiaridade com a história conceitual, bem como, com a conjuntura política, social, ideológica e mesmo geográfica dos locais analisados. O enfoque bibliográfico iniciou-se a partir de autores como Koselleck, Kátia de Queirós Mattoso e Thomas Wislak, em seus textos “Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos” e “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”, “Bahia século XIX: uma

---

<sup>2</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-156.

província do Império” e “Itinerário da Bahia na Independência do Brasil (1821 – 1823)” respectivamente, para recair logo após, sobre registros oficiais, correspondências, periódicos regionais e discursos parlamentares pesquisados na Sessão de Manuscritos, Periódicos e Obras Raras da Biblioteca Nacional.

Privilegio no presente momento a região da Bahia no período entre 1820 a 1823, região que me foi confiada para que analisasse como se deram as lutas por autonomia e soberania política na província da Bahia em meio à crise sistêmica que convulsionou o Antigo Regime, após a Revolução Constitucionalista do Porto.

#### IV - Conclusão

O propósito maior desta pesquisa, como enunciado através do título, é, portanto, destacar a polissemia dos termos *pátria* e *nação*, os modos como foram utilizados pelos diversos agentes sociais envolvidos no momento de transição em que o Império do Brasil, até então parte integrante do Império Português. Indaga-se como esses mesmos termos que outrora se identificavam com o Reino do Brasil unido a Portugal e Algarves, continuaram sendo usados para designar o novo estado que passaria a se pretender legitimamente soberano e independente, como os demais Estados-nação modernos.

Analizamos com este intuito alguns dos eixos, em torno dos quais os termos *pátria* e *nação* foram entendidos, e, sobretudo construídos, nesse início do século XIX, mais especificamente no Brasil, durante um período de forte influência de ideais liberais que circulavam pelo Atlântico e contagiavam o espaço ibero-americano, dando-lhe subsídio ideológico para o que, mais tarde, seria apresentado como um irreversível anseio de autonomia nacional.

#### V – Referência

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *Projetos políticos na revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822)*. **Alm. braz.**, São Paulo, n. 7, maio 2008 . Disponível em <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-81392008000100006&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-81392008000100006&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em jun. 2011.

JANCSÓ, István (org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, Unijuí, Fapesp, 2003 (Estudos Históricos, 50), 703p.

MACHADO, André Roberto de A. *As esquadras imaginárias. No extremo norte, episódios do longo processo de independência do Brasil*. In: **Independência: História e Historiografia**. Editora: Hucitec. São Paulo, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. *O Estado em busca do seu território*. In: **Independência: História e Historiografia**. Editora: Hucitec. São Paulo, 2005.

MATTOSO, Kátia M. de Q. **Bahia século XIX: uma província do Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

WISIAK, Thomas. *Itinerário da Bahia na Independência do Brasil (1821 – 1823)* In: István Jancsó (Org.) **Independência: História e Historiografia**. São Paulo: FAPESP / HUCITEC. 2005. (p. 447 – 474)